

A experiência do mapa da solidariedade frente à desigualdade em tempos de pandemia

RESUMO

Esta nota técnica relata a elaboração do “Mapa da Solidariedade”, um projeto de extensão universitária, que iniciou em abril/2020, com foco em Curitiba e municípios do aglomerado metropolitano. Tem por objetivo conectar territórios vulneráveis com possíveis doações, mapeando os grupos sociais impactados pela crise e redução da renda familiar. Por meio da combinação de metodologias de sistema de informações geográficas (SIG), mapeamento participativo e a técnica da bola de neve, foram cadastradas e classificadas pequenas iniciativas de movimentos sociais e grupos no combate à Covid. A utilização de diferentes técnicas permitiu a sobreposição no mapa de camadas de informação como a moradia popular e informações do Censo IBGE e os dados coletados em campo. A experiência aponta para a necessidade de elaboração de planos emergenciais municipais e a perspectiva de se desdobrar em análises territoriais mais amplas do impacto da COVID-19 nas condições de moradia e saneamento nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento participativo. Território. Habitação Social. Solidariedade. COVID-19.

Simone Aparecida Polli
Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública / UTFPR
simonep@utfpr.edu.br

Aline Sanches
Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública / UTFPR
arg.sanches@gmail.com

Alessandro Lunelli de Paula
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
lunelli@gmail.com

Carolina R. G. de O. de Moraes
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
carolina_gama1607@hotmail.com

Cecília G. da R. F. Pereira
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
cecilia.grfp1@gmail.com

Gabriela Paulina Mickus
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
gabrielapmickus@gmail.com

Giovanna Simokado Magalhães
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFSC
giovanna.simokado@gmail.com

Mariana Sacoman Kszan
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
mariskszan@hotmail.com

Barbara C. M. G. Stecca
Arquitetura e Urbanismo / UTFPR
barbaragstecca@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Mapa da Solidariedade tem por objetivo conectar territórios vulneráveis com possíveis doações, mapeando as campanhas organizadas pela sociedade civil que sente os impactos da crise causada pelo desemprego ou pela redução da renda familiar. Toma-se como pressuposto que esta situação não atinge a todos igualmente, considerando que quem vive em situação de precariedade habitacional e de saneamento, baixa renda e coabitação, sofre de maneira mais significativa o impacto da doença.

O projeto é uma ação interdisciplinar de extensão universitária em andamento, coordenada pelo Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA/UTFPR), formada por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo em parceria com entidades que atuam na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, como o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), Terra de Direitos, Mobiliza Curitiba; profissionais da área do Direito, Assistência Social e Planejamento Urbano; além de pesquisadores do Observatório das Metrópoles/Núcleo Curitiba. Também integra a plataforma colaborativa PRcontraCOVID, que visa reunir produções técnicas, mapas e análises para monitorar a COVID-19 no Paraná.

Na elaboração do mapa participativo combinam-se dois tipos de informações: dados técnicos presentes nos sistemas de informação territorial de órgãos públicos e trabalhos acadêmicos; e as novas territorialidades originárias das práticas de insurgência, relacionadas às ações de solidariedade, que partem de iniciativas locais de luta cotidiana pela sobrevivência. Joliveau (2008) aponta que o confronto dessas duas abordagens pode fornecer uma compreensão dos fenômenos que transformam o território.

Desse modo, para utilizar o território como um conceito de análise social, deve-se considerá-lo a partir de seu uso, extrapolando seu sentido restrito enquanto espaço geográfico (FARIA; BORTOLOZZI, 2016), constituindo uma “(...) topografia social, decorrente das relações entre os que nele vivem e das relações destes com os que vivem em outros territórios” (SPOSATI, 2008, p.9).

Ao mapear os espaços informais de moradia, destacaram-se os lugares que combinam maiores índices de vulnerabilidade social, entendidos como o conjunto de características sociais, econômicas e demográficas que superam a situação de baixa renda. Arranjos familiares fragmentados e diversos, falta de acesso a serviços públicos, exposição a situações de violência e pertencimento a grupos marcados por discriminação são alguns dos fatores que permitem identificar as populações vulneráveis e, portanto, nortear a atuação do poder público e das políticas de assistência social (JACCOUD; BICHIR; MESQUITA, 2017). Assim, é possível visualizar quais espaços intraurbanos que provavelmente sofrerão de modo desproporcional os efeitos da pandemia.

Sem a pretensão de tomar o lugar das políticas públicas de assistência social, o trabalho parte do princípio que a população periférica deveria ser o público prioritário de planejamento e organização da assistência social. Considera-se que há necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento socioeconômico frente à produção da cidade capitalista (HARVEY, 2012), caracterizada por desigualdade e segregação (VILLAÇA, 2012).

A Política Nacional de Assistência Social considera a abordagem territorial como fundamental para a efetividade da proteção social no país (BRASIL, 2005), visto que demonstra a distância entre o acesso da população em condições de vulnerabilidade social “(...) às políticas públicas, ao mesmo tempo em que também demonstram quais as prioridades do território para enfrentar as situações de vulnerabilidade” (KOGA; ALVES, 2010, p. 74). Esta compreensão é essencial para reconhecer as desigualdades sociais e “pode ser uma saída para estabelecer as diferentes prioridades políticas” (BECKER, 2007, p.35). Ademais, a territorialização é um “elemento-chave para que os serviços sejam ofertados próximos a essas famílias, de modo que o território seja provido de recursos que melhorem as condições de vida da população” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p. 35).

Desta forma, priorizou-se mapear ações no território, que sejam próximas das pessoas. Compreender as redes de solidariedade e os vínculos sociais que se estabelecem nestes territórios é um passo importante de futuras pesquisas científicas que podem colaborar em estratégias de ação governamental, aonde geralmente as políticas públicas não chegam.

Apresenta-se a seguir a metodologia desenvolvida e uma análise do município de Curitiba exemplificando a potencialidade desenvolvida no projeto. A coleta de dados ocorreu em 12 de maio de 2020, levantando 110 ações solidárias, sendo 73 em Curitiba.

METODOLOGIA

A metodologia foi construída coletivamente entre os parceiros com algumas escolhas de abordagem: 1) Papel da territorialidade; 2) Espacialização do local da moradia popular dos municípios; 3) Foco nas situações relacionadas à sobrevivência diária; 4) Priorizou-se o cadastramento de iniciativas locais, autônomas e de pequenos grupos a fim de mostrar as insurgências e soluções criadas pela própria população.

Delimitou-se o aglomerado urbano de Curitiba (IPARDES, 2004) como área a ser trabalhada - Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Para testar a metodologia, iniciou-se por Colombo - município menor que a capital e elaborou o Plano de Ação Emergencial de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus (COVID-19) (COLOMBO, 2020). Posteriormente, foram cadastrados novos municípios, como Curitiba, utilizando a rede socioassistencial do Conselho Municipal de Assistência Social (CURITIBA, 2019) e iniciativas levantadas in loco pelas entidades participantes do mapa.

O cadastramento utiliza a metodologia “bola de neve”. A partir de uma primeira amostragem, solicita-se indicações para ampliar o estudo, e assim sucessivamente até não obter novas informações. Sua escolha deriva de quando não há precisão sobre a quantidade total da população, além de ser um processo permanente de coleta de informações, e que contribui para desenvolver métodos para estudos futuros (VINUTO, 2014).

Visando a importância da territorialidade, as ações foram divididas conforme perfil: rede comunitária (iniciativas locais) e rede apoiadora (entidades que não atuam diretamente em locais de maior vulnerabilidade). Para auxiliar doações, os pontos cadastrados são referentes a ponto de coletas - se uma ação possui mais de um, todos são cadastrados.

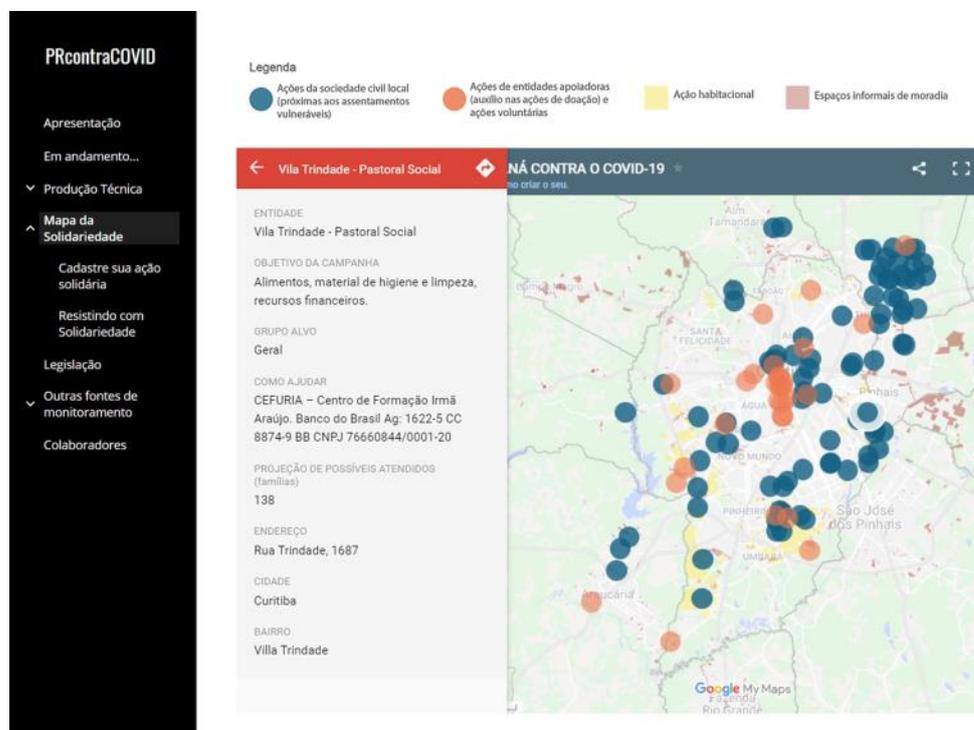
As ações, deste modo, foram cadastradas no MyMaps em conjunto com informações de espaços informais de moradia (SILVA, 2012) e áreas de ação habitacional (ALBUQUERQUE, 2007). Esta plataforma apresentou-se satisfatória para a publicação online e para o cadastramento de novas ações. Assim, foi publicada na plataforma PRcontraCOVID. Há uma preocupação com análises e pesquisas futuras, com isso o cadastramento de dados é compatível com a utilização em Softwares SIG.

DESENVOLVIMENTO

Interface com o usuário

A Figura 01 demonstra a interface do site PRcontraCOVID, com destaque a interação do Mapa da Solidariedade com o usuário. Ao clicar nos pontos aparecem informações referentes a cada ação. Ainda, é possível preencher o formulário e consultar, para o caso de Curitiba, o número de famílias e de habitantes dos espaços informais de moradia.

Figura 01: Mapa da Solidariedade

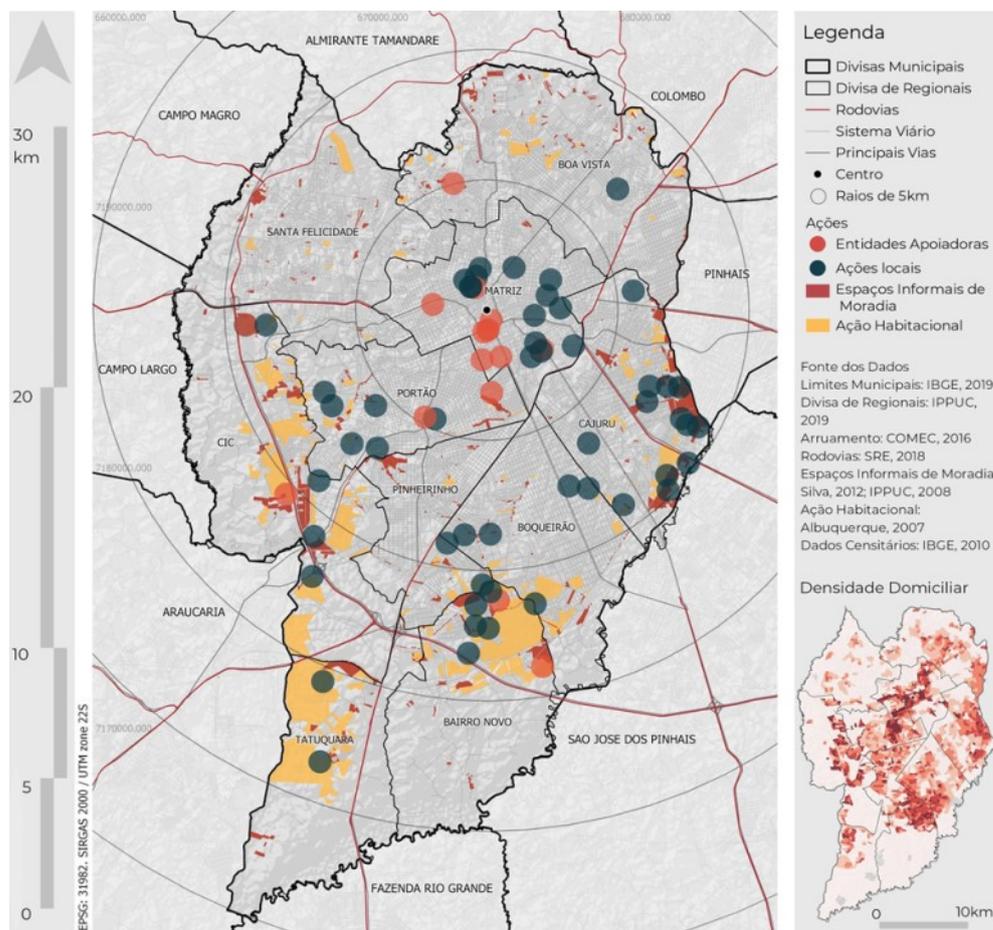


Fonte: Plataforma PRContraCOVID (2020).

Moradia e as ações solidárias

A Figura 02 apresenta o cruzamento das informações da localização dos espaços informais de moradia e ação habitacional da COHAB com os pontos das ações solidárias cadastradas. Também é indicada a densidade domiciliar, a partir de dados do Censo do IBGE (2010).

Figura 02: Espaços de moradia popular e as ações solidárias



Fonte: Adaptada de Curitiba (2007), Silva (2012), Albuquerque (2007), IBGE (2010) e informações do Mapa da Solidariedade desenvolvido no projeto.

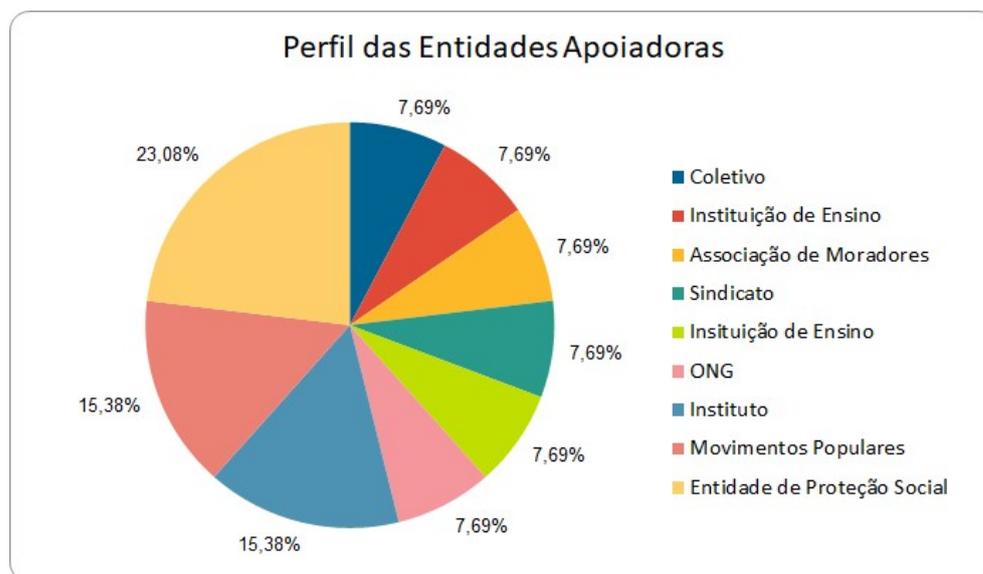
Verifica-se que o contexto de moradia popular está situado majoritariamente nas regiões periféricas de Curitiba. No ano de 2005, de acordo com Silva (2012), existiam 341 espaços informais de moradia e 59.064 domicílios no município. As regiões leste e oeste destacam-se por abrigar grande parte dos assentamentos informais de moradia da cidade, enquanto nas porções norte e sul, esses espaços informais estão mais dispersos e distribuídos no território. Ainda, a localização das ações da COHAB corrobora ao afirmar a expansão de áreas de habitação popular de moradia nestas regiões periféricas da cidade.

As áreas de habitação popular coincidem com os territórios de maior densidade domiciliar na cidade de Curitiba, representando camadas sobrepostas de despossessão, que vão deste a habitação precária, dificuldade de saneamento, de renda, à densidade, o que indica dificuldade maior de isolamento domiciliar e, conseqüentemente, perigo maior de contaminação e disseminação da doença.

Perfil das ações solidárias

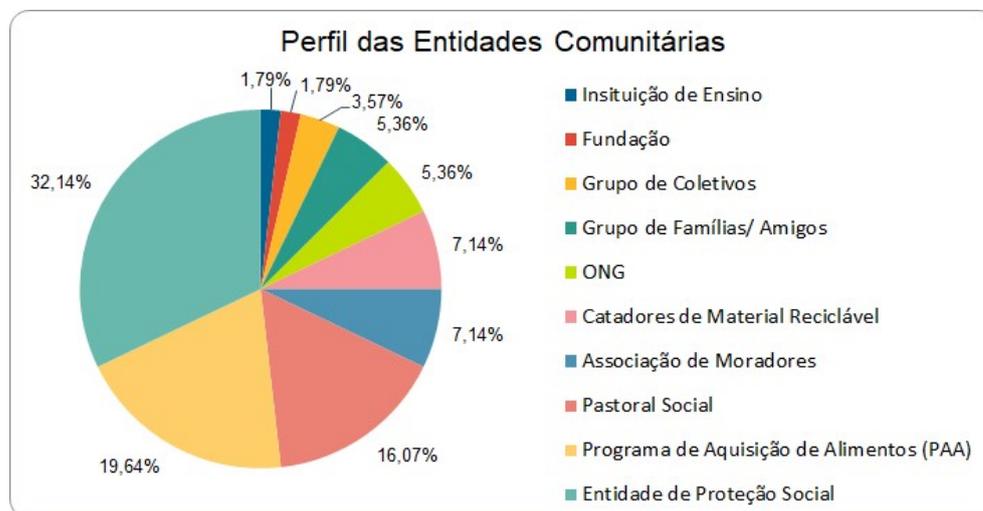
Dentre as redes apoiadoras¹ e as redes comunitárias², as entidades de proteção social³ possuem maior número de ações, com uma porcentagem de 23,08% nas redes apoiadoras e 32,14% nas redes comunitárias. Os gráficos abaixo apresentam a relação de entidades divididas por perfil de atuação.

Gráfico 01: Perfil das entidades apoiadoras



Fonte: os autores.

Gráfico 02: Perfil das entidades comunitárias



Fonte: os autores.

Até a data de coleta, foram cadastradas 73 ações solidárias contra à COVID-19 em Curitiba, em que 76,71% estão localizadas nos próprios territórios vulneráveis, compondo a rede local de solidariedade, e 23,29% são entidades apoiadoras, localizadas fora destes territórios.

Distribuição nas regionais de Curitiba

Ao comparar dados da moradia popular e ações de solidariedade nas regionais de Curitiba, observa-se a concentração de ações nas regionais Matriz (35%) e Cajuru (17%). Os dados indicam que 65% das entidades cadastradas na regional Matriz são apoiadoras, visto as instituições localizadas nesta região e facilidade de acesso ao centro.

Ainda, algumas regionais apresentam poucas ações ou a ausência delas. Esse quadro foi observado, sobretudo, nas regionais Boa Vista (7%) e Santa Felicidade (nenhuma), ao norte da cidade. A dispersão dos espaços informais de moradia pode indicar que há relação entre a rede de solidariedade e o tamanho e grau de consolidação do assentamento, bem como com a formação de laços de vizinhança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A excepcionalidade da pandemia evidenciou a situação de precariedade na qual uma parcela da população vive, contexto que foi agravado e acentuou a importância dos debates acerca do direito à cidade. Contudo, como debater as recomendações de saúde quando o acesso ao sistema de distribuição de água, saneamento básico e moradia é precário? Como podemos superar esse cenário de desigualdade social e criar estratégias de enfrentamento nas cidades?

Dessa ausência nasce o Mapa da Solidariedade, como um projeto que reforça o papel social da universidade pública, tendo como inovações: a combinação de dados técnicos e saberes populares; mapeamento participativo; a perspectiva de entender e propor dentro da complexidade do território. É possível traçar outras análises que mostrem impacto da expansão da COVID-19 e as desigualdades intraurbanas nas cidades, no entanto, as prefeituras não divulgam de forma satisfatória informações de óbitos ou casos suspeitos e confirmados por bairros. A invisibilidade é maior ainda se tratarmos das áreas periféricas. Compreender o fluxo e o crescimento da doença, o impacto em diferentes bairros e a comparação com a condição socioeconômica de cada porção, a relação com fechamento/funcionamento do comércio, poderiam ser algumas das análises realizadas caso os dados fossem divulgados.

É nessa conjuntura que a iniciativa dialoga, na união entre a demanda dos movimentos populares e a necessidade do fortalecimento de redes de apoio como estratégia de articulação e tática de sobrevivência. A reflexão aqui despertada destaca importância da elaboração de planos emergenciais, que articulem as instituições governamentais com os movimentos populares e a sociedade no combate a esse problema complexo que atinge as áreas da saúde, social, geração de emprego e renda, infraestrutura, saneamento e moradia.

Essa iniciativa se adequa ao debate propositivo para o enfrentamento da pandemia organizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e demais entidades (FNRU et al, 2020) que busca fortalecer o trabalho dos grupos locais, movimentos sociais e associações comunitárias na garantia do acesso à equipamentos, serviço de higiene e alimentação para a população vulnerável.

Essa experiência está em andamento e carrega consigo uma potência de agregar espaços de extensão e pesquisas acadêmicas futuras, com

desdobramentos em análises temáticas e possíveis estratégias de enfrentamento da pandemia, entendendo o contexto de desigualdade social nas cidades e os impactos nas políticas sociais, de habitação e de saneamento com a COVID-19.

The solidarity map experience in face of inequality in times of pandemic

ABSTRACT

This technical note addresses the experience of elaborating the “Solidarity Map”, a university extension project which started in April 2020, focusing in Curitiba and the metropolitan cluster municipalities. It aims to connect vulnerable territories to possible donations, mapping the social groups impacted by the crisis and by income reduction. By combining methodologies of Geographic Information Systems, participatory mapping and the "snowball method", social movements' small initiatives and groups to combat COVID-19 were registered and classified. Using different techniques enabled to overlay information such as popular housing territories, the National Agency of Data and Analysis Census information and field collected data. The experience indicates the need of elaborating municipal emergency plans as well as engaging in wider territorial analysis regarding the impact of COVID-19 on housing and sanitation conditions in the cities.

KEYWORDS: Participatory mapping. Territory. Social Housing. Solidarity. COVID-19.

NOTAS

¹ ONGs de caráter nacional, Universidades, sindicatos, coletivos, institutos, movimentos populares e entidades de proteção social.

² Redes de proteção social, associações de catadores de material reciclável, associações de moradores, coletivos organizados, fundações, grupos de famílias ou amigos, instituições de ensino, ONGs, pastorais sociais e empreendimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

³ A rede socioassistencial oferece acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social, com diversidade de funções.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente à Daisy Ribeiro, Kelly Vasco e Vanda de Assis pelo suporte no desenvolvimento e entendimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BECKER, B. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: BINSZTOK, Jacob (coord.). **Território, territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. p.22-42.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social** - PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

COLOMBO. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano de ação emergencial da defesa civil de Colombo pandemia COVID 19**. Acesso em: 14 abr. 2020.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

CURITIBA. Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente**. Curitiba, 2007.

CURITIBA. FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL (FAS). **Entidades com inscrição válida no CMAS.** 2019. Disponível em: <<https://fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=844>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FARIA, R. M.; BORTOLOZZI, A. Território e saúde na geografia de Milton Santos: teoria e método para o planejamento territorial do Sistema Único de Saúde no Brasil. **Revista Ra'e Ga: espaço geográfico em análise.** Curitiba, v.38, p. 291 - 320, dez/2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/43912>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) et al. **O Combate à pandemia COVID-19 nas periferias urbanas, favelas e junto aos grupos sociais vulneráveis: propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à cidade e da justiça social.** 2020. Disponível em: <<http://forumreformaurbana.org.br/redes-e-entidades-nacionais-lancam-documento-politico-unificado-com-propostas-imediatas-e-estrategias-de-acao-de-combate-ao-COVID-19-na-perspectiva-do-direito-a-cidade-e-da-justica-social/>>. Acesso em: 13 mai. 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo - SP, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 12 maio 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da região metropolitana de Curitiba.** Paraná, 2004. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/dinamica_RMC_primeira_versao_2004.pdf>. Acesso em 16 mai. 2020.

JACCOUD, L.; BICHR, R. M.; MESQUITA, A. C. O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 108, p. 37-53, 2017.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p.

KOGA, D. H. U. A; ALVES, V. A. Interlocação do território na agenda das políticas sociais. **Serviço Social & Saúde.** (UNICAMP) Campinas, v. IX, n. 9, p. 69-82, Jul. 2010.

PRContraCovid. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/prcontracovid>>. Acesso em 12 maio 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: BINSZTOK, Jacob (coord.). **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2007. p.13-21.

SILVA, M. N. da. **A Dinâmica de Produção dos Espaços Informais de Moradia e o Processo de Metropolização em Curitiba.** 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SPOSATI, A. Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: XIII Congreso Internacional del Clad Sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2008, Buenos Aires. **Anais...**, nov/2008. p. 1-18.

URBANISTAS contra o Corona. Não paginado. Disponível em <urbanismocontraocorona.blogspot.com>. Acesso em 16 mai. 2020.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Campinas: **Temáticas**, 22 (44): 203-220, ago./dez. 2014.

Recebido: 18/05/2020

Aprovado: 16/07/2020

DOI: 10.3895/rts.v16n43.12381

Como citar: POLLI, S.A.; et.al. A experiência do mapa da solidariedade frente à desigualdade em tempos de pandemia. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 43, p. 21-32, ed. esp. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12381>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

